

O Tuiuti



2013 / Nº 96



As Reformas Bourbônicas

Implicações Militares
na América Espanhola



O Tuiuti

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

210 ANOS DO NASCIMENTO DE CAXIAS – 70 ANOS DA CRIAÇÃO DA FEB

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel – Presidente da AHIMTB/RS e Vice do IHTRGS
lecaminha@gmail.com

Projeto Gráfico: Fabricio Gustavo Dillenburg - Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis
nucleomilitar@gmail.com

Capa:
Felipe V, em pintura de Louis-Michel van Loo (c. 1739). Óleo sobre lenço, Museo del Prado (Madrid).

A FAHIMTB E SUA ANTECESSORA, A AHIMTB

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) foi fundada em Resende, RJ, em 1º de março de 1996 e reorganizada em 23 de abril de 2012 como Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), com sede no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e mais cinco academias federadas:

- A AHIMTB/RESENDE – Academia Marechal Mário Travassos, junto à FAHIMTB na AMAN e presidida pelo acadêmico emérito Cel Claudio Moreira Bento;
- A AHIMTB/Distrito Federal – Academia Marechal José Pessoa, com sede no Colégio Militar de Brasília, sob a presidência do acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim;
- A AHIMTB/Rio de Janeiro – Academia Marechal João Batista de Mattos, com sede na Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ) e sob a presidência do acadêmico emérito Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg;
- A AHIMTB/Rio Grande do Sul – Academia General Rinaldo Pereira da Câmara, com sede no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e sob a presidência do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis; e
- A AHIMTB/São Paulo – Academia General Bertoldo Klinger, com sede no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (IHGGS), sob a presidência do acadêmico Historiador Adilson Cesar, também o presidente do citado Instituto. As citadas AHIMTB funcionam com delegações de poderes específicos da FAHIMTB e AHIMTB/Resende.

A AHIMTB foi fundada na data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Teve, como sua sucessora, a FAHIMTB e as AHIMTB federadas, que são destinadas a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento. A FAHIMTB, com sede e foro em Resende mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres consagrados.



A Política Bourbônica nas Américas

Como as Reformas Bourbônicas Afetaram a Hispano-América e Enfraqueceram Seu Poder Econômico-Militar

Fabricio Gustavo Dillenburg

Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis
Academia de História Militar Terrestre do Brasil
Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

O século XVIII trouxe, para a Europa, novos e amplos horizontes. Mundos inteiramente novos se abriam com as possibilidades científicas, políticas, econômicas, que se esboçavam aos que arriscassem empreender seus esforços na multiplicidade de inovações que se delineavam. Foi um século marcado pelas independências e pelas grandes Revoluções.

No campo econômico, em antagonismo, sistemas diferentes chocavam-se em busca da manutenção de situações de hegemonia que se deterioravam



Carlos III

rapidamente, frente às novas exigências da realidade que se conformava. A Inglaterra modernizava-se a passos largos, dando origem aos primeiros sintomas capitalistas de fato, através da sua Revolução Industrial. Enquanto isso, os Estados peninsulares buscavam manter acesas suas inconsistentes formas predatórias de economia, calcadas ainda sobre antigos moldes do Pacto Colonial, e que já apresentava fissuras em todo seu conjunto. É nesse contexto, de intenso combate por novos mercados, e de luta pela sobrevivência dos decadentes impérios ibéricos, que localizamos as reformas borbônicas.

Felipe V e Carlos III, os expoentes Bourbon, na sua busca pela modernização espanhola, acabaram não apenas alterando as instituições peninsulares, mas também causaram mudanças nas colônias americanas. Buscando acirrar o controle econômico sobre seus domínios além-mar e revitalizar as estruturas do Pacto, seus governos encontraram apoio na doutrina mercantilista francesa, acreditando que esse seria o caminho que elevaria a Espanha novamente ao status de potência mundial.

A escolha da doutrina de Colbert, entretanto, foi infeliz. As ligações econômicas mais estreitas com as Américas e o incentivo à indústria de manufaturas acabaram se tornando empecilhos ao domínio metropolitano, que acabou por diluir-se de tal forma que, quando dos processos de insurgências contra as diretrizes espanholas, não mais havia condições da Espanha controlar os colonos e evitar o fracionamento

de seus domínios. O império veio a esfacelar-se bem diante dos braços outrora poderosos da nobreza, que agora via suas últimas esperanças de manutenção da riqueza desaparecer. O barco espanhol por muito tempo fez água; enfim, ia ao fundo.

As reformas borbônicas, do século XVIII, tentaram evitar a bancarrota espanhola. Mas as grandes inovações, que poderiam ter salvado a Espanha, enquanto Estado de porte, foram desperdiçadas, derivando em sérias implicações econômico-militares nas colônias americanas, justamente as que mais sofreram os efeitos das alterações realizadas na época.

Durante o primeiro século e meio de colonização espanhola nas Américas, muito foi extraído dos solos recém-conquistados. Extração de metais e de vidas humanas. A política de exploração intensa lançada sobre as colônias resultou não apenas na desestruturação e eliminação das grandes civilizações americanas, subjugadas e escravizadas, mas também na descoberta e transferência de quantidades imensas de metais para a Espanha, alimentando generosamente os cofres peninsulares.

Nesses instantes iniciais da colonização, os homens que para cá vinham como dominantes mantinham contato estreito com os interesses da metrópole, ligados intimamente com o aparelho estatal e controlando a produção de forma rígida, a fim de obter o melhor desempenho possível no processo de transferência de valores para o Velho Mundo. Cádiz e Sevilha, os portos escolhidos para manter o monopólio do Pacto Colonial a plena força,

funcionavam recebendo as frotas, que viajavam em comboio, sob uma fiscalização muito rígida.

O princípio do século XVIII, contudo, marcou a ruptura desse sistema monopolista espanhol, já que uma série de acordos, com a França e com a Inglaterra, cedeu-lhes direitos, até então inatingíveis, dentro do sistema espanhol. Envolvida em constantes guerras na Europa, que lhe traziam gastos vultosos, e sob o impacto da decadência das minas americanas, bem como pela notória impossibilidade, que se fazia cada vez mais clara, de abastecer os mercados coloniais, a Espanha viu-se obrigada a buscar saídas para não perder-se definitivamente na crise, que se aproximava rapidamente.

Com a Guerra de Sucessão se encerrando, na Espanha, e as necessidades prementes do Estado, foi assinado o Tratado de Utrecht, em 1713, que deu aos ingleses os direitos de *asiento*, isto é, de fornecer, anualmente, um número determinado de escravos africanos, e de *permiso*, venda de manufaturados às colônias, de forma direta. Por outro lado, como a França possuía companhias de comércio estabelecidas no porto de Cádiz, teve também acesso ao comércio colonial. Com a presença desses países, o contrabando acentuou-se. Quebrava-se, assim, sistematicamente, o monopólio espanhol.

O final da guerra deixou a Espanha sequer com uma marinha consistente. Nada mais lhe restou para comerciar com as colônias, a não ser a utilização de navios estrangeiros como meio de

transporte e provimento. O Tratado de Utrecht, e as outras medidas na mesma linha, nada mais eram do que um reflexo disso.

Em 1740, o sistema de frotas foi abolido. Em 1765, o comércio livre foi declarado, permitindo que os portos coloniais negociassem entre si. A quebra do monopólio do porto de Cádiz foi o passo seguinte. Logo, os comerciantes *criollos* puderam navegar para a Espanha para comerciar. Os Bourbon abriam exceções tentando manter o sistema em funcionamento, sem perceber que lançavam sementes antagônicas aos seus objetivos, que germinariam, trazendo resultados inesperados.



As infames minas de Potosí, de onde os espanhóis retiraram imensa riqueza, e uma das fontes de sustentação do seu gigantesco império, caracteristicamente baseado no mercantilismo bulionista.

O crescimento demográfico, aliado à conquista de áreas até então ignoradas pelo Estado espanhol, voltadas mais para o interior dos territórios dominados, com a intensificação da produção de mercadorias diferenciadas (cacau, tabaco, açúcar, etc), e o crescimento

da extração de prata no México, foram elementos característicos do governo de Carlos III. Daí, que muitos consideram seu período de governo como o ápice da dominação colonial espanhola na América, até porque foi com ele que a política iniciada por Felipe V e Fernando VI se consolidou. O rei percebeu que, se quisesse manter a preponderância sobre o comércio colonial, já abalado pelas interferências francesa e inglesa, deveria reformar a estrutura metrópole/colônia então em vigor.

Era necessário um programa urgente de mudanças, de grande abrangência, para solapar a decadência que se avizinhava, incluindo a tentativa de evitar de a perda de mais territórios e de eliminar os poderes locais que ameaçavam conformar-se nas colônias. Tudo com vista a aumentar os valores que chegavam à Espanha. Em alguns locais das colônias, o descontrole era tanto, que nenhuma ordem de Madrid era acatada, caso não conviesse aos interesses regionais. Carlos III tentou combater essa dissipação da autoridade real com o envio de visitantes, mas obteve poucos resultados. Concomitantemente, tentou reforçar as defesas das áreas coloniais com a construção de fortalezas e o estabelecimento de milícias locais. Havia, porém, problemas difíceis de serem resolvidos, como o caso da Igreja, detentora de muitas terras, e que, como as elites nobres, representava um empecilho à modernização do sistema agrário.

Um elemento significativo no processo reformista foi a percepção das Américas como base para a

instalação de indústrias capazes, já que essas seriam as provedoras das matérias-primas necessárias à produção e, ao mesmo tempo, garantiriam mercados para os produtos acabados. Novas rotas foram usadas e cada vez mais a ideia se fez presente, embora nunca chegasse a se concretizar, de fato.

A área do Caribe foi a primeira atingida pelas reformas, em meados de 1700. A partir daí deu-se a abertura progressiva do comércio dentro das áreas coloniais, tendo como objetivo fundamental o combate ao contrabando pela ampliação da oferta de produtos manufaturados.

O problema mais nítido que se destacou durante esse processo foi o da resistência de grupos coloniais ligados ao contrabando, a quem, as medidas, obviamente, não agradaram. É relevante o fato de que o contrabando podia ser ligado, de uma ou de outra forma, com as relações comerciais inglesas. Como meio de se obter maior controle sobre as áreas coloniais, inclusive combatendo esses desvios de riquezas, a reestruturação administrativa atingiu várias áreas, sendo a mais notável, nesse aspecto, a que conformava o Vice-Reino do Peru, que foi dividido em duas partes, dando origem ao território de Nova Granada. A necessidade de melhor distribuição dos grupamentos militares foi também motivo para tal divisão (nesse caso, ainda é importante ressaltarmos a criação de capitanias gerais em províncias diversas, como as da Venezuela, Cuba e Guatemala).

Eis que, então, Napoleão despontou na Europa como uma nova ameaça às conquistas espanholas: de repente, França e Inglaterra não mais podiam ser vistas como aliadas simultâneas à Espanha. Devido ao Bloqueio Continental, a Inglaterra foi privada do comércio direto com os países europeus dominados por Bonaparte. A Espanha entrava em atrito com os ingleses e, com a assinatura do Tratado de Fontainebleau (1807), chegou a dividir parte do seu



Napoleão causou uma reestruturação da Europa, e a Espanha não foi exceção. Seu irmão governou o país, mas não foi capaz de, verdadeiramente, sustentar o poder. Gravura de A. H. Payne, "Napoleon in Spain", de 1851.

império com a França. Em 1808, o trono espanhol foi perdido para os franceses, que dominaram o país até 1813.

É fato que tais acontecimentos alteraram a vida na colônia. Primeiro, porque o contrabando, tão combatido, jamais cessou. Pelo contrário, intensificou-se. E porque as ideias típicas do liberalismo espalharam-se mais rapidamente entre a elite *criolla*. Este último

elemento, em especial, contribuiu para a aceleração dos processos de insurgências e independências nas Américas. A busca do fortalecimento dos laços coloniais, por sua vez, aumentou o peso sobre a já sobrecarregada população, e as disputas internas no sistema administrativo e comercial espanhol colaboraram para a descentralização, e conseqüente enfraquecimento, do poder da metrópole. A monarquia da Espanha desfazia-se nas colônias, porque a fidelidade da população para com a coroa não mais existia. O sistema tradicional que o Estado buscava manter afim de ressaltar os privilégios de poucos apresentava-se como inaceitável para as camadas dominantes americanas, e estas passaram a combater, primeiro de forma indireta e, depois, abertamente, a política espanhola. Neste ponto, as forças militares da Espanha nada mais poderiam fazer.

Portanto, é notável que as reformas borbônicas atingissem seu ápice na última década do século XVIII, causando significativas mudanças em amplos aspectos, como a reestruturação das forças armadas, o ensino público, a assistência social, o próprio aparelho burocrático e a política de monopólios. Entretanto, elementos essenciais, tais como a miséria, a concentração de posses nas mãos de alguns poucos, as injustiças sociais, permaneceram intocados.

Isto se explica pelos mecanismos intrínsecos ao próprio poder borbônico: na verdade, as reformas instituídas pela dinastia apenas visavam reorganizar o sistema vigente, sem alterá-lo de forma

profunda, o que implicaria em uma desestruturação do próprio sistema absolutista, então, em ação. Ora, apesar disso, as reformas sofreram uma série de críticas, advindas de planos tão diferenciados como o clero, a aristocracia dominante, os comerciantes que dominavam os monopólios.

Pois que, percebe-se, o projeto visava uma modernização concreta do Estado espanhol, mas uma modernização que se mantivesse dentro dos limites do sistema então existente, isto é, sem uma necessária transformação do Estado como um todo. Daí que se norteava um paradoxo, já que os limites do Estado eram bastante estreitos, principalmente no que dizia respeito à manutenção do Pacto colonial, sistema já em franca inferioridade, se comparado com os que se desenvolviam em outras nações europeias, como a Inglaterra, por exemplo, que já manifestava um capitalismo incipiente, com sua revolução industrial.

As riquezas extraídas das Américas pelos Estados peninsulares levaram Portugal e Espanha não só à soberba, à exibição de pompas (sem bases financeiras permanentes e concretas), como também à estagnação. O mercantilismo falido em que insistiam não mais era capaz de sustentar todas as “necessidades” que se faziam presentes. Em longo prazo, as reformas do século XVIII em nada resultaram, porque ainda mantinham-se presas a essa estrutura econômica mercantilista. Se visassem ultrapassar esse sistema, e tivessem possibilitado o



A captura do forte espanhol de Valdivia, em 1820, pelo Lorde Thomas Cochrane, abriu espaço para a independência definitiva tanto do Chile quanto do Peru.

reerguimento de fato da burguesia, já tantas vezes prejudicada pela política estatal, talvez a Espanha teria alcançado a possibilidade de inserir-se no contexto europeu como, novamente, uma grande potência.

Infelizmente, para os espanhóis, a última chance de que dispunham, para retomar sua antiga posição de destaque, isto é, as reformas promovidas pelos Bourbon, foi desperdiçada. Com a perda da oportunidade, foram-se também as colônias, que logo iniciaram seus processos de independência. A grandeza do império espanhol foi-se, definitivamente, com as emancipações americanas.

A estagnação no tempo custou caro, porquanto, aos espanhóis, e a falta de visão borbônica encerrou a longa agonia do que ainda lhes restava como esperança de reerguimento financeiro e, por decorrência, militar.

Como réquiem, um mito inca registrado em “Comentário Reais”,

de Garcilaso de la Vega, datado de 1556, nos dá uma ideia de como esse magnífico povo percebia seu universo:

“Para o mundo inteiro’, disse nosso Pai, o Sol, ‘dou minha luz e meu brilho; dou aos homens calor quando eles sentem frio; faço seus campos frutificarem e seu gado multiplicar; cada dia que passa, giro em torno do mundo para assegurar um melhor conhecimento das necessidades dos homens e para satisfazer essas necessidades. Sigam meu exemplo.”¹

A Espanha, que dominou, ou influenciou, quase todos os grandes povos desenvolvidos da América, pouco aprendeu com a sabedoria dos dominados. Tão antigas quanto o próprio homem americano, essas histórias já mostravam os caminhos básicos a serem seguidos em busca da verdadeira riqueza. Em sua soberba, o espanhol explorou, mas não investiu o suficiente; na verdade, foi incapaz de perceber as necessidades locais, sociais, econômicas e militares. Talvez, se a Espanha tivesse “seguido o exemplo”, os processos de conflito e independência não tivessem ocorrido ou, pelo menos, teriam sido adiados, na medida em que problemas sociais intrínsecos ao processo colonizatório/dominador fossem amenizados. As reformas não previram isso e, por decorrência, falharam. Ao invés de súditos aliados, a Espanha arrebanhou inimigos concorrentes. Pior, dentro do próprio sistema que garantiria seu sustento, como potência.

Nota:

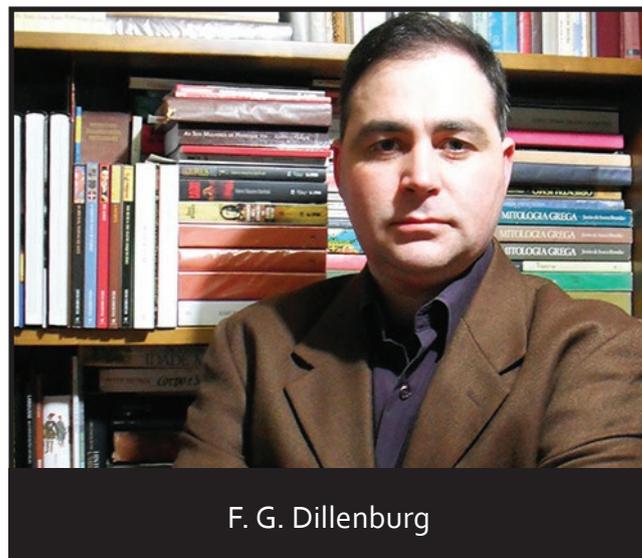
1 in SAGAN, Carl. **Cosmos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p.317

Referências Bibliográficas:

SALMORAL, Manuel Lucena (Coord.). **Historia de Iberoamerica**. 2 ed. Madrid: Catedra, v.1, 1992.

STANLEY, Stein. **A herança colonial da America Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARTINS, J. P. Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.



F. G. Dillenburg

Sobre o Autor: **Fabricio Gustavo Dillenburg** tem formação em História e é fundador e responsável pelo Núcleo de Estudos de História Militar Vae Victis. Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, é autor de “Kamikaze: as Invasões Mongóis e as Origens do Vento Divino”. Mais informações, nos endereços virtuais www.nucleomilitar.com e www.nucleomilitarblog.com.

O Quartel do 16º Regimento de Infantaria

Manoel Procópio de Moura Júnior
Através do Membro-efetivo Cel Edmir Mármora

No ano de 1959, tive oportunidade de prestar o serviço militar no Quartel do 16º Regimento de Infantaria. Nas inconstâncias dos meus 19 anos, não poderia supor que aquela unidade militar havia sido projetada na mesma época do meu nascimento.

A construção do quartel do 16º Regimento de Infantaria da cidade do Natal deveu-se a dois fatos: o primeiro foi a precariedade do velho prédio que alojava o 21º Batalhão de Caçadores, relatada pelo Ten Cel José Otávio Pinto Soares ao Tribunal de Segurança Nacional. O segundo foi a Insurreição Comunista de 1935, que aconteceu em razão da precariedade dos alojamentos acima citados.

Seja qual tenha sido o fato gerador, o certo é que no dia 1º de dezembro de 1937, o Interventor Rafael Fernandes recebeu telegrama do Major-Chefe da 7ª Região Militar, Luiz Felipe, determinando estudos para iniciar a construção do quartel do Natal (Itamar de Souza, fascículo n. 6, O Impacto da II Guerra em Natal - Diário do Rio Grande do Norte).

Tendo recebido a colaboração do Interventor Rafael Fernandes, o Quartel do Natal foi instalado inicialmente, na Praça Tomaz Pereira, local onde a Rua Vigário Bartolomeu, que me viu nascer, inicia sua jornada em busca da Praça João Maria. Posteriormente, no ano de 1941, foi iniciada a construção do Quartel do 16º RI, no bairro do Tirol.

A construção do quartel começou com a preparação do terreno através da terraplanagem em uma grande área na Avenida Hermes da Fonseca, em frente ao Aero Clube.

Os trabalhos foram executados sob o comando do Capitão-Engenheiro Domingos Moreira, designado para a chefia da comissão de obras com jurisdição

em Natal-RN. Ele recebeu inestimável ajuda do experiente construtor José Moreira Gomes, genitor do hoje Coronel da Reserva do Exército na Arma de Engenharia, Ronaldo Gomes.

Com a deflagração da 2ª Guerra Mundial, os trabalhos foram acelerados, ocorrendo a sua inauguração em 26 de fevereiro de 1942, com apenas seis pavilhões construídos de todo o projeto. Um pavilhão destinado ao comando, outro ao rancho e quatro para abrigar as companhias daquela unidade.

O Construtor e Mestre Geral José Moreira Gomes, que tinha o apelido de “Manga Rosa”, por ser muito corado, participou de todas as fases da construção. Após a inauguração, os trabalhos continuaram em ritmo célere, com os esforços voltados para o pavilhão do lado norte, onde foi utilizado um contingente de centenas de operários.

O projeto do Quartel do 16º RI foi elaborado pela Diretoria de Obras e Fortificações do Exército - DOFE que, segundo o Coronel Ronaldo Gomes, seguia o estilo do engenheiro Calógeras, João Pandiá Calógeras (1870-1934), único civil a ocupar o Ministério da Guerra durante a República e que promoveu profunda modernização no Exército brasileiro.

Após a finalização do projeto que incluía baia, caixas d’água subterrâneas e elevadas, estádios para prática de esportes, subestação elétrica e casas para oficiais e sargentos, e após a pavimentação a paralelepípedo de uma avenida com 28 metros de largura por 300 metros de extensão, a grande obra se deu por concluída com a construção do portão principal e o muro frontal com os escudos que simbolizam a Infantaria.

Tive a felicidade de ser homenageado pelo General-de-Divisão Carlos Roberto de Sousa Peixoto, atual comandante da 8ª RM-8ª DE, quando comandava o 16º RI (à época, 16º Batalhão de Infantaria Motorizado – 16º BIMTz). Na oportunidade fui agraciado com o Diploma de Amigo daquela unidade militar, registrando assim, quase que por destinação, minha afinidade com o Quartel do 16º RI, cuja existência se confunde com o meu tempo de vida.



Antigo distintivo da Unidade, 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, Natal - RN.

(Fonte: MOURA JÚNIOR, Manoel Procópio. **Natal de tempos em tempos – crônicas**. Natal: Editora do autor, 2012, p. 163)



AHIMTB / RS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL / RS

